



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
Nº. 01/2013

DATA: 02 de abril de 2013

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até 02 de abril de 2013, às 10:00 horas.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 02 de abril de 2013, na sede do COREN-RS - Av. Plínio Brasil Milano, 1155 - Higienópolis - Porto Alegre – RS.

VISTORIA: 22, 25 e 26 de março de 2013, na Sede do COREN-RS, Centro Histórico Cultural e Subseções.

CONSULTAS: daniela.justino@portalcoren-rs.gov.br

O Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul - COREN-RS fiscalizador do exercício profissional ex vi da Lei nº. 5.905, de 12 de julho de 1973, com sede na **Av. Plínio Brasil Milano, 1155 - Higienópolis - Porto Alegre-RS**, Cep: 90520-002, CNPJ nº. 87.088.670/0001-90, representado, neste ato, por seu Presidente **Dr. RICARDO ROBERSON RIVERO**, brasileiro, enfermeiro, portador da carteira COREN-RS nº. 137.638, por meio de sua Pregoeira, a Sra. Daniela Vieira Justino, torna público o Edital de licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO TOTAL GLOBAL** (lote único) **objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro patrimonial para os bens imóveis do COREN-RS**, próprios (edificação e conteúdo) e locados (conteúdo), conforme especificações constantes no **Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA** deste Edital, do **PAD COREN-RS nº. 283/2012**, que será regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, Decreto nº. 3.555/2000 Lei Complementar nº. 123/2006 e demais Decretos e normas regulamentares aplicáveis à espécie.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

O presente Edital encontra-se disponível aos interessados na Av. Plínio Brasil Milano, 1155 - Higienópolis- Porto Alegre-RS, bem como no site www.portalcoren-rs.gov.br.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame. A sessão será conduzida pela Pregoeira com o auxílio da Equipe de Apoio, designados pelas Portarias COREN-RS nº 120/2013 de 01 de fevereiro de 2013 e 192/2013 de 11 de março de 2013.

I. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro para os bens patrimoniais móveis e imóveis para a Sede do COREN-RS, o Centro Histórico Cultural e as 08 Subseções deste Regional localizadas no interior do Estado, cujos endereços seguem abaixo relacionados no quadro, contemplando os imóveis próprios e locados do Conselho, assim discriminados:

Imóveis Próprios:

Imóvel	Endereço	Área (M²)
1. Sede COREN-RS	Av. Plínio Brasil Milano, nº 1155 – Bairro Higienópolis – Cep: 90520-002 – Porto Alegre.	1.462,62m²
2. Centro Histórico Cultural	Av. Professor Oscar Pereira, nº 8154 – Belém Velho – Cep: 91712-320 – Porto Alegre.	50m29 ao norte, 50m94 ao leste, 236m37 ao norte e 243m78 ao sul.
3. Subseção Caxias do Sul	Rua Pinheiro Machado, nº 2659, sala 602 – Cep: 95020- 172 – Nossa Senhora de Lourdes – Caxias do Sul.	59,8830m² área privativa e 66,6951m² área total.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

4. Subseção de Passo Fundo	Rua Morom, nº 1177 – Centro - Cep: 99010-031 – Passo Fundo.	50,1708m² área privativa e 83,9008m² área total.
5. Subseção de Pelotas	Rua Barão de Santa Tecla, nº 583 – Centro - Cep: 96010-140 – Pelotas.	49,0150m² área privativa e 66,9891m² área total.
6. Subseção de Santa Cruz do Sul	Rua Vinte e Oito de Setembro, nº 221, sala 503 – Centro – Cep: 96810-042 – Santa Cruz do Sul.	45,1250m² área privativa e 55,0694m² área total.
7. Subseção de Santa Maria	Rua Dr. Alberto Pasqualini, nº 35, Sala 101 – Centro – Cep: 97015-010 – Santa Maria.	134,24m² área privativa e 149,92m² área total.
8. Subseção de Santa Rosa	Rua Minas Gerais, nº 55, sala 604 - Cep: 98900-000 – Santa Rosa	41,37m² área privativa e 54,485m² área total.
9. Subseção de Uruguaiana	Rua Quinze de Novembro, nº 1426, sala 20 – Cep: 97501-570 – Uruguaiana.	43,2575m² área privativa e 53,0592m² área total.

Imóveis Locados:

10. Subseção de Santa Cruz do Sul	Rua Vinte e Oito de Setembro, nº 221, sala 504 – Cep: 96810-042 – Santa Cruz do Sul.
11. Subseção de Capão da Canoa	Rua Flavio Boyanovisk, nº 583 – Centro – Cep: 95555-000 – Capão da Canoa.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

- 1.2. O Seguro Patrimonial para os imóveis próprios do COREN-RS deverá cobrir a estrutura predial (edificação), bem como o conteúdo (acervo dos bens ali compreendidos, todos os equipamentos eletrônicos, móveis e utensílios pertencentes à Autarquia) de cada imóvel.

1.2.1 O Seguro patrimonial para os imóveis locados do COREN-RS, ou seja, a Subseção de Capão da Canoa e uma sala da Subseção de Santa Cruz do Sul, terão cobertura apenas do conteúdo (os bens móveis, equipamentos eletrônicos e outros que guarnecem as dependências de cada local).

- 1.3. Fica garantido o direito à vistoria dos imóveis a todos os licitantes participantes, a fim de tomar conhecimento das condições e da real situação de cada imóvel, bem como dos objetos/móveis/equipamentos/utensílios contidos em cada local.

- 1.4. A licitante interessada em participar deste certame poderá vistoriar os locais onde ocorrerão à prestação do serviço nos dias 22, 25 e 26 de março do ano de 2013, mediante agendamento junto ao pregoeiro do COREN-RS, fone (51) 3378-5543.

- 1.5. A licitante que não efetuar a vistoria assume por sua conta e risco aceitar as informações contidas no edital para fins de participação no Certame, não podendo alegar qualquer tipo de impeditivo posterior quanto as obrigações assumidas no presente. Para as licitantes que participarem será fornecido um atestado de vistoria (Anexo VII do Edital) de todos os imóveis indicados, totalizando 11, o qual será fornecido pelo COREN-RS no dia da respectiva vistoria (um para cada localidade).

- 1.6. A contratação do objeto desta licitação deverá ser realizada em rigorosa observância as especificações e detalhamento constantes no **Termo de Referência Anexo I** deste Edital.

II. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 2.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta do **Código de Despesas nº.**

3.1.32.08 – Seguros em Geral.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

III. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão pessoas jurídicas que:

3.1.1. Atendam a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto à documentação constante deste instrumento e seus anexos;

3.1.2. Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.

3.2. Será vedada a participação de empresas:

a) Declaradas inidôneas por ato do Poder Público. Caso participem do processo licitatório, estarão sujeitas às penalidades previstas no art. 97 da Lei nº. 8.666/93, por força do disposto no parágrafo único do mesmo artigo;

b) Sob processo de falência, concordata ou insolvência civil;

c) Enquadradas nas disposições do artigo 9º da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

d) Estrangeiras que não funcionem no País;

e) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, suspenso;

f) Empresas prestadoras de serviços que tenham como sócios, gerentes ou diretores, membro ou empregado em exercício no Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul e no sistema COREN's/COFEN, ou, ainda, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, em linha reta, colateral ou por afinidade, dos respectivos membros e empregados do COREN-RS, bem como empregados a serem utilizados na prestação dos serviços que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou empregados do COREN-RS;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

g) A empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

3.3. Não poderão beneficiar-se do regime diferenciado e favorecido em licitações, concedido às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, aquelas empresas que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do art. 3º, com a exceção do parágrafo seguinte, ambos do mesmo diploma legal.

3.4. No ato do recebimento do Edital do Pregão Presencial nº. 01/2013 e seus Anexos deverá a interessada verificar seu conteúdo, não sendo admitidas reclamações posteriores sobre eventuais omissões.

3.5. Informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas conforme segue, de acordo com seu teor.

3.5.1. QUESTÕES TÉCNICAS E JURÍDICAS: deverão ser formuladas por escrito e dirigidas a Pregoeira, na sede do COREN-RS, situada na **Av Plínio Brasil Milano, 1155 - Higienópolis - Porto Alegre-RS**, CEP 90520-002, ou enviar ao endereço eletrônico daniela.justino@portalcoren-rs.gov.br.

3.6. Eventuais impugnações ao edital deverão ser dirigidas a Pregoeira e protocolizadas nos dias úteis, das 10h00min às 17h00min, no endereço acima, até dois (2) dias úteis antes da data da abertura da sessão do pregão, conforme legislação vigente.

3.6.1. Caberá a Pregoeira decidir sobre a impugnação no prazo de vinte e quatro (24) horas.

3.6.2. No ato de autuação da impugnação, é obrigatória a apresentação de CPF ou RG, que comprove a legitimidade de quem a protocole, de acordo com os dados que



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

constam em procuração, bem como o CNPJ da empresa, por documento original ou cópia autenticada.

IV. DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

4.1. A sessão para recebimento dos documentos das proponentes será pública e realizada em conformidade com a legislação citada no preâmbulo deste Edital, suas cláusulas e anexos.

V. DO CREDENCIAMENTO

5.1. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) tratando-se de representante legal, cópia do documento oficial de identificação, o estatuto social, contrato social em vigor ou última alteração, ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) tratando-se de procurador, cópia do documento oficial de identificação, **Carta de Credenciamento - Anexo II**, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea “a”, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

5.2. O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo o documento original de identificação que contenha foto.

5.2.1. Todas as licitantes presentes deverão apresentar antes da entrega dos envelopes, a Carta de Credenciamento e a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação - **Anexos II e III** (documentos a serem apresentados fora dos envelopes de proposta e habilitação).

5.3. Será admitido apenas um (1) representante para cada licitante credenciada por lote.

5.4. A microempresa ou empresa de pequeno porte que optar pela fruição dos benefícios



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

estabelecidos na Lei Complementar nº. 123/2006 deverá apresentar o descrito abaixo, sob pena de, não o fazendo no ato de credenciamento, anuir que se considere que renunciou ao seu direito:

5.4.1. Quando optante pelo SIMPLES NACIONAL, comprovante de opção pelo simples obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

5.4.2. Quando não for optante pelo SIMPLES NACIONAL, Declaração de Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da supracitada Lei Complementar.

VI. DA APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

6.1. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação deverá ser entregue fora dos Envelopes “A” e “B”, e ser apresentada de acordo com modelo estabelecido no **Anexo III - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação**.

VII. DOS ENVELOPES CONTENDO A PROPOSTA E OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Encerrada a etapa de credenciamento, proceder-se-á ao recebimento dos envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos de habilitação, que deverão ser apresentados, separadamente, em dois (2) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

ENVELOPE “A” - PROPOSTA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2013

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE E RESPECTIVO CNPJ

ENVELOPE “B” - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2013



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE E RESPECTIVO CNPJ

VIII. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “A” - PROPOSTA

8.1. A proposta deverá:

- a) ser elaborada conforme modelo do **Anexo IV - Proposta**, em papel com timbre da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada, rubricada em todas as folhas e ao final assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração;
- b) indicar nome ou razão social da proponente, seu endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico - se houver.
- c) ter validade não inferior a sessenta (60) dias, contados a partir da data de sua apresentação;
- d) conter descrição completa e detalhada do material cotado, em conformidade com as especificações e demais características do **Anexo I – Termo de Referência**, com a indicação de modelo, formato e demais informações necessárias à sua perfeita identificação;
- e) conter valor unitário, por cada imóvel, e valor total global do Lote, em reais, em algarismos, com duas (2) casas decimais após a vírgula, apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
- f) conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

8.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais deste



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

Editais e seus anexos, bem como as omissas, as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e as que apresentarem preços manifestamente inexequíveis, exorbitantes ou iguais à zero.

8.3. Consideram-se exigências essenciais àquelas que não possam ser atendidas, no ato, por simples manifestação de vontade do representante e aquelas cujo atendimento, nesse momento, possa representar risco de fraude aos princípios da licitação.

8.4. Os preços apresentados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento do objeto do presente Edital.

8.5. Para a correta elaboração da proposta, a licitante deverá examinar o Edital e atender a todas as exigências nele contidas e em seus anexos.

8.6. O preço será apresentado pela licitante na **Proposta - Anexo IV** do Edital. Os números posteriores à segunda casa decimal serão desconsiderados pela Sra. Pregoeira. Em caso de divergência entre a discriminação dos valores escritos em algarismos e os expressos por extenso, serão considerados os valores mais vantajosos para o COREN-RS. **A fase de lance tomará esse preço como referência.**

8.7. Caberá a Pregoeira decidir, motivadamente, acerca da aceitabilidade da Proposta quando houver divergência com o Edital e não implicar alteração no fornecimento do objeto do presente Edital.

IX. DO PREÇO MÉDIO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO

9.1. Para fins de valor médio de referência a serem pagos pelo Contratante à Contratada pelo fornecimento do objeto do presente Edital, utilizam-se como média o valor a seguir especificado:

Objeto	Valor médio de referência anual.
Seguro dos bens patrimoniais móveis e imóveis do COREN-RS.	R\$ 15.440,86



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

9.1.1. O presente certame tem como valor máximo de referência o valor de R\$ 15.440,86 (quinze mil, quatrocentos e quarenta reais e oitenta e seis centavos), conforme cotações do mercado.

9.2. As propostas deverão indicar o valor unitário (por imóvel) e total global que não poderá ultrapassar o valor total anual estimado no valor de R\$ 15.440,86 (quinze mil, quatrocentos e quarenta reais e oitenta e seis centavos), **sendo que será declarada a empresa vencedora àquela que apresentar o menor valor total global anual.**

9.3. Serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências e condições deste edital, em especial que ultrapassem o valor médio de referência do item 9.1, acima referido.

9.4. As propostas deverão conter detalhadamente as coberturas especificadas no **Anexo I (Termo de Referência)**, devendo ser contempladas no mínimo as discriminadas por localidade (sede, centro histórico e subseções) nos itens 5.1 e 5.2 do Anexo I, sendo que o valor de indenização para cada cobertura contemplada não poderá ser inferior ao valor médio de referência indicado para cada item.

9.5. Serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências e condições deste edital, em especial que sejam inferiores ao valor médio de referência de indenização de cada item discriminado por localidade coberta, especificado no Anexo I (Termo de Referência).

9.6 Também serão desclassificadas as propostas que não contenham todas as coberturas listadas por localidade, conforme discriminado nos subitens dos itens 5.1 e 5.2 do Anexo I (Termo de Referência), pois as mesmas são as mínimas exigidas.

X. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

10.1. As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a) seleção das propostas com menor preço e das demais com preços até dez por cento (10%) superiores àquela;

b) não havendo pelo menos três (3) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de três (3). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

10.2. A Pregoeira convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir dos autores das propostas de maiores preços e os demais em ordem decrescente de valores, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preço.

10.2.1. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

10.3. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

10.3.1. Não poderá haver desistência dos lances apresentados, sob pena de aplicação das penalidades previstas no item XVIII deste edital.

10.4. A etapa de lances será considerada encerrada quando os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances, considerando-se selecionado o último lance.

10.5. A Pregoeira poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

10.6. O procedimento a ser adotado no caso de ocorrência de empate, quando a menor



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

proposta ou o menor lance for ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte beneficiária do regime diferenciado instituído pela Lei Complementar nº. 123/2006, será o que se segue:

10.6.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até cinco por cento (5%) superiores à proposta mais bem classificada durante a etapa de lances.

10.6.2. Após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, proceder-se-á da seguinte forma:

10.6.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada no intervalo percentual de até 5% definido nos termos do subitem 10.6.1., será convocada para, querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço por lote ou lance, no prazo máximo de cinco (5) minutos por lote em situação de empate, sob pena de preclusão. Apresentada proposta nas condições referidas, proceder-se-á à análise da documentação de habilitação.

10.6.2.2. Não sendo declarada vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, será convocada a remanescente que porventura se enquadre na hipótese do subitem 10.6.1., na ordem classificatória, para, querendo, exercer o mesmo direito.

10.6.2.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 10.6.1., será realizado sorteio entre elas, definindo e convocando automaticamente aos vencedores do sorteio para, querendo, formular melhores ofertas.

10.7. Após a negociação, se houver, a Pregoeira examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

10.8. No caso da sessão do Pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fecho, ficarão sob a guarda da Pregoeira e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas das licitantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

10.9. Será declarada a empresa vencedora àquela que apresentar o menor valor total global do Lote, sendo que este não poderá ultrapassar o valor estimado de referência de R\$ 15.440,86 (quinze mil, quatrocentos e quarenta reais e oitenta e seis centavos) anual.

XI. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “B” - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1. Após o encerramento da fase de lances verbais, com a classificação das propostas na forma prescrita neste edital, proceder-se-á a abertura do Envelope “B”, para análise dos documentos de habilitação da proponente classificada em primeiro lugar.

11.2. Será considerada habilitada a proponente que apresentar os documentos relacionados no item 11.10.

11.3. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados por cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia comum acompanhada do original para autenticação pela Pregoeira ou por membro da Equipe de Apoio.

11.4. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

- a)** substituição e apresentação de documento; ou
- b)** verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

11.5. A verificação será certificada pela Pregoeira e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

11.6. A Administração não se responsabilizará pela eventual impossibilidade de utilização dos meios eletrônicos no momento da verificação. Ocorrendo essa impossibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, as licitantes que se enquadrarem nessa situação serão inabilitadas.

11.7. No caso de impossibilidade de consulta de documentos pela internet, sendo de interesse do Conselho, poderá a pregoeira suspender o certame, abrindo prazos para apresentação de documentos, sendo estes considerados suscetíveis de serem verificados posteriormente, em prazo a ser fixado pela mesma. Ou poderá considerar a inabilitação da empresa licitante.

11.8. Constatado o atendimento aos requisitos de habilitação previstos neste Edital, as licitantes serão declaradas vencedoras do certame.

11.9. Se a licitante desatender as exigências para a habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

11.10. O Envelope “Documentos de Habilitação” deverá conter os documentos a seguir relacionados, ou ser substituído apresentando o registro no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, que inclui o atendimento aos itens 11.10.1 e 11.10.2, com exceção da alínea “e”. As licitantes não cadastradas no SICAF que apresentarem Certificado de Registro Cadastral - CRC - expedido por qualquer órgão ou entidade pública poderão ser dispensadas de apresentar os documentos de habilitação jurídica.

11.10.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor ou última alteração, devidamente

15



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

b) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “a”, deste subitem;

c) ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

d) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

11.10.1.1. Os documentos relacionados nas alíneas “a” e “c” do subitem 11.10.1. não precisarão constar do Envelope “Documentos de Habilitação”, se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

11.10.2. REGULARIDADE FISCAL:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) certidão de regularidade junto às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal da sede da licitante, bem como junto à Secretaria da Receita Federal, na forma da lei;

d) certidão de regularidade para com o Sistema de Seguridade Social (INSS) e para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

e) certidão negativa de débitos trabalhistas - (CNDT)



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

11.10.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.10.3.1. Certidões Negativas de Falência ou Concordata, expedidas pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede da licitante.

11.10.3.2. Onde não houver uma Central de Certidões do Tribunal de Justiça, deverá ser apresentada Certidão emitida pela Secretaria do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede da licitante constando à quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Concordata, bem como, deverão ser apresentadas as certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento.

11.10.3.3 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

11.10.3.4. Comprovação de boa situação financeira com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) através de demonstração contábil do último exercício social da licitante (item 7.1, inciso V, da IN/MARE n.º 05/95);

11.10.3.5. As empresas que apresentarem resultado igual ou menor do que 01 (um), em qualquer dos índices, deverão comprovar possuir patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação (Art. 31, §3º da Lei 8.666/93 e item 7.2 da IN/MARE n.º 05/95), sob pena de inabilitação;

11.10.3.6. A documentação referente à qualificação econômico-financeira poderá ser dispensada quando o valor do objeto ficar situado até o limite do disposto no art. 23, inciso II, alínea “a” da Lei n. 8.666/93.

11.10.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

11.10.4.1. Ao menos duas (02) comprovações de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazos com o objeto da licitação, na forma do art. 30, II, da Lei nº. 8.666/93, mediante atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, impresso em papel timbrado do emitente contendo razão social, CNPJ, endereço completo da Contratante e da Contratada, características dos serviços realizados, período de realização, data de emissão, nome, cargo, telefone e assinatura do responsável pela emissão do atestado, sem rasuras ou entrelinhas.

11.10.4.2. Comprovante de Registro na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para prestação do serviço proposto.

11.10.4.3 Todas as certificações, comprovações técnicas e exigências previstas no Termo de Referência - Anexo I.

11.10.5. DECLARAÇÃO RELATIVA À MÃO-DE-OBRA:

11.10.5.1. Declaração de que as empresas não utilizam mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme disposições contidas na Lei Federal nº. 9.584, de 27 de outubro de 1999, de acordo com o modelo - **Anexo V**.

11.10.6. OUTRAS COMPROVAÇÕES E DOCUMENTOS:

11.10.6.1. Declaração conforme **Anexo VI - Declaração de Compromisso e Idoneidade**, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo Representante Legal da Licitante ou Procurador credenciado, desde que haja poderes outorgados na Procuração, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública;

11.11. DA HABILITAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE BENEFICIÁRIAS DO REGIME DIFERENCIADO INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

11.11.1. As microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado instituído pela Lei Complementar nº. 123/2006, após a etapa de lances, deverão apresentar toda a documentação exigida para habilitação, inclusive aquela que comprova sua regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.

11.11.2. Havendo alguma restrição na documentação comprobatória de sua regularidade fiscal, as licitantes serão habilitadas e declaradas vencedoras do certame na sessão do pregão, nos termos do art. 43, § 1º, da supracitada Lei Complementar, após o que a Pregoeira dará ciência às licitantes desta decisão e intimará as licitantes declaradas vencedoras para, no prazo de dois (2) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento desta declaração, ou após o julgamento de eventuais recursos, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação.

11.11.3. Após a intimação referida no subitem anterior, proceder-se-á na forma do item 12.1. do presente Edital.

11.11.4. Durante o prazo referido no subitem 11.10.2., não poderá ser emitida a Nota de Empenho.

11.11.5. A não-regularização da situação fiscal no prazo e condições disciplinadas no subitem 11.10.2. implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93 e art. 7º da Lei nº. 10.520/02, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nos termos deste Edital, ou revogar a licitação.

11.12. OBSERVAÇÕES:

11.12.1. O objeto constante do ato constitutivo da empresa deve ser compatível com o objeto licitado.

11.12.2. Não serão aceitas certidões positivas de débito, exceto quando constar da



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

própria certidão ressalva que autorize a sua aceitação.

11.12.3. Todos os documentos apresentados para comprovar a habilitação da licitante deverão apresentar identidade de número registro no CNPJ, vez que não será admitida à apresentação de documentos de estabelecimentos diversos, ressalvadas as certidões que só possam ser emitidas por meio do CNPJ da Matriz.

11.12.4. A aceitação dos documentos obtidos via "internet" ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio.

11.12.5. Para efeito da validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de noventa (90) dias entre a data de sua expedição e a da abertura do certame.

11.12.6. A apresentação de cópia reprográfica autenticada do certificado de registro cadastral de quaisquer órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, com prazo de validade em vigor, supre as exigências referentes à apresentação dos documentos aludidos, com exceção da certidão de regularidade para com o Sistema de Seguridade Social (INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), na forma do que dispõe o art. 32, § 2º, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

11.12.7. Só serão aceitos certificados de registro cadastral cujo objeto seja, comprovadamente, compatível com o objeto licitado.

11.12.8. Os documentos poderão ser apresentados em via original ou por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas ou por oficiais do Registro Civil das pessoas naturais, competentes por força da Lei Federal nº. 8.935, de 18/11/1994, ou em publicação de órgão da imprensa, na forma da lei.

11.12.9. Na hipótese da apresentação de documentos originais não acompanhados pelas respectivas cópias, estes serão anexados ao processo licitatório.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

11.12.10. Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que apenas comprovem o seu requerimento.

XII. DA ADJUDICAÇÃO

12.1. Verificado o atendimento às condições de habilitação da proponente que ofertou o menor preço total global, esta será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o respectivo objeto.

12.2. Se a primeira proponente classificada não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação das subseqüentes proponentes classificadas, na ordem de classificação, até que se encontre proposta que atenda a todas as exigências do Edital, sendo a respectiva proponente declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

XIII. DA FASE RECURSAL

13.1. Uma vez adjudicado o objeto do presente certame à vencedora, as demais proponentes presentes poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer de qualquer ato praticado durante a sessão do Pregão, sendo concedido à(s) recorrente(s), o prazo de três (3) dias úteis, contados da data da sessão, para apresentação das razões, ficando as demais proponentes intimadas para apresentarem contra-razões em igual prazo, contados, todavia, do término do prazo das recorrentes.

13.2. É assegurada vista dos autos a todos os presentes durante a própria sessão para fins de apresentação de razões ou contra-razões de recurso.

13.3. A petição de interposição do recurso poderá ser feita por escrito até o término da sessão.

13.4. A falta de manifestação na ocasião do momento previsto no certame importará na perda do direito de recorrer.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

13.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

XIV. DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Decorridas as fases anteriores, a decisão será submetida à Presidência do COREN-RS para homologação.

14.2. A adjudicação dos objetos ou a homologação do resultado desta licitação não obrigam o COREN-RS à aquisição dos objetos licitados.

XV. DA CONTRATAÇÃO

15.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura de instrumento de contrato, conforme **Anexo VIII - Minuta do Contrato** deste Edital.

15.2. A Adjudicatária deverá, no prazo de dois (2) dias úteis contados da data da convocação, comparecer na **Av Plínio Brasil Milano, 1155 - Higienópolis - Porto Alegre-RS**, para assinar o instrumento de contrato.

15.3. Caso a licitante vencedora não apresente situação fiscal regular no ato da retirada da Nota de Empenho/Ordem de serviço, ou caso venha a recusar-se a retirá-la, injustificadamente, dentro do prazo estabelecido na alínea anterior e durante o prazo de vigência de sua proposta, decairá do direito à contratação, sem prejuízo de sujeitar-se às sanções cabíveis, reservando-se o COREN-RS para si o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, convocar a próxima licitante na ordem de classificação ou revogar a licitação.

15.4. A licitante remanescente convocada na forma do subitem anterior se obriga a atender à convocação e a assinar o contrato no prazo fixado pelo COREN-RS, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa ou de não atendimento das condições de habilitação.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

15.5. O objeto desta licitação deverá ser executado após a assinatura do contrato e da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, e deverá estar de acordo e conforme as regras nele estabelecidas, correndo por conta da Contratada as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem em razão da prestação dos serviços.

15.6 O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses a contar da assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93.

XVI. DO PAGAMENTO

16.1. O valor total será realizado em 04 (quatro) parcelas mensais, iguais e consecutivas, através de faturas, que deve ser apresentada no Departamento Financeiro do COREN-RS a Fatura emitida em duas (2) vias, devendo conter no corpo da Fatura, a descrição do objeto, o número do contrato, o número da Nota de Empenho, com o código de barras para pagamento o qual deverá ser efetuado no dia 15 (quinze) subsequente de cada mês, após a assinatura do contrato.

16.2. Na hipótese da Fatura apresentar erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, o Contratante poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, de acordo com o relatório emitido pela Tesouraria, ressalvado o direito da Contratada de reapresentar para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, caso em que o Contratante terá o prazo de cinco (5) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar análise e o pagamento.

16.3. O pagamento será efetuado em moeda nacional, após efetivamente atestado pelo setor responsável pela prestação do serviço.

16.4. O COREN-RS reserva-se para si o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, a licitante não tiver prestado o serviço conforme o objeto por ela contratado, ou a prestação dos serviços não estiver de acordo com as especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência deste Edital.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

16.5. O pagamento somente poderá ser efetuado se a licitante estiver em situação fiscal regular, isto é, desde que apresente as certidões elencadas no item 11.10.2, alíneas “c” a “e”, deste Edital.

16.6. O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

16.7. A empresa contratada deverá reter na nota fiscal os tributos incidentes sobre o fornecimento do produto, quais sejam, IR (imposto de renda), contribuições para o PIS/PASEP, COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), considerando o disposto na Lei 9.430/96, Lei 10.833/2003, com última alteração pela Lei 12.207/11 e instrução normativa nº 1234/12 e a natureza jurídica autárquica do contratante.

XVII. DAS PENALIDADES

17.1. A adjudicatária estará sujeita às penalidades abaixo estipuladas, que só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

a) comprovação, pela contratada, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual, e/ou

b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis ao COREN-RS.

17.1.1. Multa de vinte por cento (20%) sobre o valor da quantidade estimada do fornecimento, pela recusa de fornecimento ou pela falta da apresentação da documentação necessária para tal.

17.1.2. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis, as licitantes que deixarem de entregar documentação exigida na licitação ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta ou lance, faltar ou fraudar na execução das obrigações assumidas para fornecimento do



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

objeto, comportar-se de modo inidôneo, fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com o COREN-RS pelo prazo de até cinco (5) anos.

17.2. O prazo para pagamento das multas será de cinco (5) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. A critério do COREN-RS e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber em razão do fornecimento. Não havendo pagamento, o valor será cobrado judicialmente.

17.3. A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

17.4. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, observados os prazos ali fixados.

17.4.1. Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos à Presidência do COREN-RS.

17.5. Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, sua petição de interposição original não tiver sido protocolizada.

XVIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o foro da Justiça Federal da sede do COREN-RS.

18.2. É facultada a Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

18.3. Fica assegurado ao COREN-RS o direito de, segundo seu interesse, revogar, a qualquer tempo e motivadamente, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

aos participantes, na forma da legislação vigente.

18.4. As licitantes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o COREN-RS não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.5. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

18.7. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas a serem assinadas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, facultada às licitantes sua assinatura.

18.7.1. As recusas ou as impossibilidades de assinaturas serão registradas na própria ata.

18.8. Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão, bem como todas as propostas, serão rubricadas pela Pregoeira e Equipe de Apoio, facultada às licitantes presentes sua assinatura.

18.9. O resultado do presente certame será divulgado no DOU e no endereço eletrônico www.portalcoren-rs.gov.br.

18.10. Os demais atos pertinentes a esta licitação passíveis de divulgação serão publicados no DOU.

18.11. Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes não serão devolvidos, fazendo parte do processo de licitação.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

18.12. Até dois (2) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

18.13. A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá até um (1) dia útil antes da data fixada para recebimento das propostas.

18.14. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

18.15. Para contagem de prazos neste Edital exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, considerando-se prorrogado até o 1º dia útil subsequente se o vencimento cair em dia sem expediente no ao COREN-RS.

18.16. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pela Pregoeira ou pela Autoridade Competente.

18.17. Integram o presente Edital:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Carta de Credenciamento;

Anexo III - Declaração de Pleno Atendimento;

Anexo IV - Modelo de Proposta;

Anexo V - Declaração Relativa à Mão-de-Obra;

Anexo VI - Declaração de Compromisso e Idoneidade;

Anexo VII – Modelo Atestado de Vistoria.

Anexo VIII – Minuta de Contrato.

Porto Alegre, 13 de março de 2013.

Daniela Vieira Justino
Pregoeira do COREN-RS



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro para os bens patrimoniais móveis e imóveis do Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul - COREN-RS, considerando a sede, as subseções deste Regional e o Centro Histórico Cultural.

2. DO OBJETO:

2.1. Os imóveis a serem cobertos pelo seguro contratado estão indicados no quadro abaixo, com sua descrição básica, endereço e área ocupada aproximada.

Imóvel	Endereço	Área (M²)
1. Sede COREN-RS Imóvel Próprio	Av. Plínio Brasil Milano, nº 1155 – Bairro Higienópolis – Cep: 90520-002 – Porto Alegre.	1.462,62m²
2. Centro Histórico Cultural Imóvel Próprio	Av. Professor Oscar Pereira, nº 8154 – Belém Velho – Cep: 91712-320 – Porto Alegre.	50m29 ao norte, 50m94 ao leste, 236m37 ao norte e 243m78 ao sul.
3. Subseção Caxias do Sul – Imóvel Próprio.	Rua Pinheiro Machado, nº 2659, sala 602 – Cep: 95020-172 – Nossa Senhora de Lourdes – Caxias do Sul.	59,8830m² área privativa e 66,6951m² área total.
4. Subseção de Passo Fundo Imóvel Próprio	Rua Morom, nº 1177 – Centro - Cep: 99010-031 – Passo Fundo.	50,1708m² área privativa e 83,9008m² área total.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

5. Subseção de Pelotas Imóvel Próprio	Rua Barão de Santa Tecla, nº 583 – Centro - Cep: 96010-140 – Pelotas.	49,0150m ² área privativa e 66,9891m ² área total.
6. Subseção de Santa Cruz do Sul Imóvel Próprio	Rua Vinte e Oito de Setembro, nº 221, sala 503 – Centro – Cep: 96810-042 – Santa Cruz do Sul.	45,1250m ² área privativa e 55,0694m ² área total.
7. Subseção de Santa Maria Imóvel Próprio	Rua Dr. Alberto Pasqualini, nº 35, Sala 101 – Centro – Cep: 97015-010 – Santa Maria.	134,24m ² área privativa e 149,92m ² área total.
8. Subseção de Santa Rosa Imóvel Próprio	Rua Minas Gerais, nº 55, sala 604 - Cep: 98900-000 – Santa Rosa	41,37m ² área privativa e 54,485m ² área total.
9. Subseção de Uruguaiana Imóvel Próprio	Rua Quinze de Novembro, nº 1426, sala 20 – Cep: 97501-570 – Uruguaiana.	43,2575m ² área privativa e 53,0592m ² área total.
10. Subseção de Santa Cruz do Sul Imóvel Locado	Rua Vinte e Oito de Setembro, nº 221, sala 504 – Cep: 96810-042 – Santa Cruz do Sul.	Somente conteúdo
11. Subseção de Capão da Canoa Imóvel Locado	Rua Flavio Boyanovisk, nº 583 – Centro – Cep: 95555- 000 – Capão da Canoa.	Somente conteúdo

2.2 O Seguro Patrimonial para os imóveis próprios (1,2,3,4,5,6,7,8,9) do COREN-RS deverá cobrir a estrutura predial (edificação), bem como o conteúdo (acervo dos bens, ali compreendidos como todos os equipamentos eletrônicos, móveis e utensílios pertencentes à Autarquia distribuídos em cada imóvel).



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

2.3 O Seguro patrimonial para os imóveis locados (10,11) do COREN-RS, ou seja, a Subseção de Capão da Canoa e uma sala da Subseção de Santa Cruz do Sul, deverá cobrir apenas o conteúdo (os bens móveis e equipamentos que guarnecem as dependências de cada subseção).

2.4. O imóvel nº 1 conta com segurança armada 24 (vinte e quatro) horas todos os dias da semana e o imóvel nº 2 conta com segurança armada 12 (doze horas) no período noturno e 24 (vinte e quatro horas) nos finais de semana. Os demais imóveis não contam com segurança.

3. DA VISTORIA

3.1 Fica garantido o direito à vistoria dos imóveis a todos os licitantes participantes, a fim de tomar conhecimento das condições e da real situação de cada imóvel, bem como dos objetos/móveis/equipamentos/utensílios contidos em cada local.

3.2 Entende-se como vistoria os levantamentos que possam ser realizados pelas licitantes para efeito de apresentação das propostas, tais como visita aos locais para a avaliação dos riscos, constatação da exigência de proteção e de combate a incêndio de acordo com as normas de segurança em vigentes.

3.3 A licitante interessada em participar deste certame poderá vistoriar os locais onde ocorrerão à prestação do serviço nos dias 22, 25 e 26 de março do ano de 2013, mediante agendamento junto à pregoeira do COREN-RS, fone (51) 3378-5543.

3.4 A licitante que não efetuar a vistoria assume por sua conta e risco aceitar as informações contidas no edital para fins de participação no Certame, não podendo alegar qualquer tipo de impeditivo posterior quanto as obrigações assumidas no presente. Para as licitantes que participarem será fornecido um atestado de vistoria (**Anexo VII do Edital**) de todos os imóveis indicados, totalizando 11, o qual será fornecido pelo COREN-RS no dia da respectiva vistoria (um para cada localidade).



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

3.5 Em hipótese alguma o desconhecimento das condições dos bens imóveis e móveis poderá ser alegado como justificativa para inexecução ou execução irregular do seguro a ser contratado.

4. DA COBERTURA DO SEGURO

4.1 O seguro patrimonial para os **bens imóveis próprios e bens móveis** do Conselho deverá cobrir, os riscos derivados de incêndio, explosão de qualquer natureza, mesmo decorrente de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros ou de tumultos, queda de raios e suas conseqüências, perda, pagamento aluguel básica PI 6 meses, vendaval, granizo, impacto de veículos, recomposição de documentos, danos elétricos e curto circuito, roubo/furto de bens qualificados, responsabilidade civil operações, responsabilidade civil danos morais, responsabilidade civil empregador e desmoraonamento total ou parcial.

4.2 O seguro patrimonial para os **bens imóveis locados** do Conselho, contemplando todos os **bens móveis** que guarnecem nas dependências de cada imóvel, deverá cobrir os riscos derivados de incêndio, explosão de qualquer natureza, mesmo decorrente de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros ou de tumultos, queda de raios e suas conseqüências, recomposição de documentos, danos elétricos e curto circuito, responsabilidade civil operações, responsabilidade civil danos morais, responsabilidade civil empregador e desmoraonamento total ou parcial.

5. DAS INDENIZAÇÕES CONFORME O DANO: VALORES EM RISCO

5.1 Imóveis Próprios

5.1.1 Sede do COREN-RS (Porto Alegre):

Tipo de Cobertura	Valor Mínimo de Indenização
Incêndio / Raio / Expl.Imóvel	R\$ 2.866.666,67

SEDE: PORTO ALEGRE – AV. PLÍNIO BRÁSIL MILANO, 1155 – CEP 90520-002 – FONE/FAX (51) 3378.5500 - www.portalcoren-rs.gov.br - CAXIAS DO SUL - RUA PINHEIRO MACHADO, 2659 - SALA 602 - CEP 95020-172 - FONE (54) 3214.4711 - FAX 3220.4420 - PASSO FUNDO - RUA MORON, 1324 - SALA 703 - CEP 99010-031 - FONE (54) 3317.2280 - FAX 3312.6777 - PELOTAS - RUA BARÃO DE SANTA TECLA, 583 - SALA 705 - CEP 96010-140 - FONE (53) 3272.2189 - FAX 3272.2026 - SANTA CRUZ DO SUL - RUA 28 DE SETEMBRO, 221 - SALA 504 - CEP 96810-530 - FONE (51) 3715.2011 - FAX 3715.2013 - SANTA MARIA - RUA DR. ALBERTO PASQUALINI, Nº 35 - SALA 101 - CEP 97015-010 - FONE (55) 3222.6611 - FAX 3225.2110 - SANTA ROSA - RUA MINAS GERAIS, 55 - SALA 604 - CEP 98900-000 - FONE (55) 3512.3630 - FAX 3512.6571 - URUGUAIANA - RUA 15 DE NOVEMBRO, 1426 - SALA 20 - COMERCIAL SAN SEBASTIAN - CEP 97500-970 - FONE/FAX (55) 3411.9350. CAPÃO DA CANOA - AV. FLÁVIO BOIANOWSKI, 583 - SALAS 1 e 2 - CEP 95555-000 - FONE/FAX (51) 3625-1173.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

Perda / Pagamento Aluguel Básica P.I. 6 meses	R\$ 135.500,00
Vendaval / granizo / impacto de veículos	R\$ 80.000,00
Recomposição de Documentos	R\$ 21.333,33
Danos elétricos e curto circuito	R\$ 136.666,67
Roubo / furto de bens qualificados	R\$ 36.666,67
Resp. civil Operações	R\$ 138.333,33
Resp. civil Danos Morais	R\$ 11.500,00
Resp. civil Empregador	R\$ 63.750,00
Desmoraonamento total ou parcial	R\$ 83.333,33

5.1.2 Centro Histórico e Cultural (Porto Alegre) - CHC:

Tipo de Cobertura	Valor Mínimo de Indenização
Incêndio / Raio / Expl.Imóvel	R\$ 1.100.000,00
Perda / Pagamento Aluguel Básica P.I. 6 meses	R\$ 25.500,00
Vendaval / granizo / impacto de veículos	R\$ 74.666,67
Recomposição de Documentos	R\$ 14.666,67
Danos elétricos e curto circuito	R\$ 68.666,67
Roubo / furto de bens qualificados	R\$ 20.000,00
Resp. civil Operações	R\$ 16.333,33
Resp. civil Danos Morais	R\$ 2.900,00
Resp. civil Empregador	R\$ 12.250,00
Desmoraonamento total ou parcial	R\$ 17.333,33

5.1.3 Subseção Caxias do Sul:

Tipo de Cobertura	Valor Mínimo de Indenização
Incêndio / Raio / Expl.Imóvel	R\$ 200.000,00



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

Perda / Pagamento Aluguel Básica P.I. 6 meses	R\$ 11.266,67
Vendaval / granizo / impacto de veículos	R\$ 13.200,00
Recomposição de Documentos	R\$ 4.666,67
Danos elétricos e curto circuito	R\$ 7.466,67
Roubo / furto de bens qualificados	R\$ 11.333,33
Resp. civil Operações	R\$ 10.000,00
Resp. civil Danos Morais	R\$ 2.100,00
Resp. civil Empregador	R\$ 7.500,00
Desmoraonamento total ou parcial	R\$ 11.333,33

5.1.4 Subseção Passo Fundo:

Tipo de Cobertura	Valor Mínimo de Indenização
Incêndio / Raio / Expl.Imóvel	R\$ 200.000,00
Perda / Pagamento Aluguel Básica P.I. 6 meses	R\$ 12.600,00
Vendaval / granizo / impacto de veículos	R\$ 11.200,00
Recomposição de Documentos	R\$ 4.666,67
Danos elétricos e curto circuito	R\$ 7.466,67
Roubo / furto de bens qualificados	R\$ 10.000,00
Resp. civil Operações	R\$ 9.200,00
Resp. civil Danos Morais	R\$ 1.860,00
Resp. civil Empregador	R\$ 6.900,00
Desmoraonamento total ou parcial	R\$ 11.333,33

5.1.5 Subseção Pelotas:

Tipo de Cobertura	Valor Mínimo de Indenização
Incêndio / Raio / Expl.Imóvel	R\$ 200.000,00
Perda / Pagamento Aluguel Básica P.I. 6 meses	R\$ 11.266,67



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

Vendaval / granizo / impacto de veículos	R\$ 11.200,00
Recomposição de Documentos	R\$ 4.666,67
Danos elétricos e curto circuito	R\$ 8.800,00
Roubo / furto de bens qualificados	R\$ 11.333,33
Resp. civil Operações	R\$ 7.866,67
Resp. civil Danos Morais	R\$ 1.860,00
Resp. civil Empregador	R\$ 5.900,00
Desmoraonamento total ou parcial	R\$ 11.333,33

5.1.6 Subseção Santa Cruz do Sul – Sala 503:

Tipo de Cobertura	Valor Mínimo de Indenização
Incêndio / Raio / Expl.Imóvel	R\$ 200.000,00
Perda / Pagamento Aluguel Básica P.I. 6 meses	R\$ 59.266,67
Vendaval / granizo / impacto de veículos	R\$ 11.200,00
Recomposição de Documentos	R\$ 4.666,67
Danos elétricos e curto circuito	R\$ 7.466,67
Roubo / furto de bens qualificados	R\$ 11.333,33
Resp. civil Operações	R\$ 9.200,00
Resp. civil Danos Morais	R\$ 1.860,00
Resp. civil Empregador	R\$ 6.900,00
Desmoraonamento total ou parcial	R\$ 11.333,33

5.1.7 Subseção Santa Maria:

Tipo de Cobertura	Valor Mínimo de Indenização
Incêndio / Raio / Expl.Imóvel	R\$ 320.000,00
Perda / Pagamento Aluguel Básica P.I. 6 meses	R\$ 11.266,67
Vendaval / granizo / impacto de veículos	R\$ 19.866,67
Recomposição de Documentos	R\$ 4.666,67



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

Danos elétricos e curto circuito	R\$ 17.466,67
Roubo / furto de bens qualificados	R\$ 11.333,33
Resp. civil Operações	R\$ 14.533,33
Resp. civil Danos Morais	R\$ 2.360,00
Resp. civil Empregador	R\$ 8.400,00
Desmoronamento total ou parcial	R\$ 11.333,33

5.1.8 Subseção de Santa Rosa:

Tipo de Cobertura	Valor Mínimo de Indenização
Incêndio / Raio / Expl.Imóvel	R\$ 200.000,00
Perda / Pagamento Aluguel Básica P.I. 6 meses	R\$ 16.000,00
Vendaval / granizo / impacto de veículos	R\$ 12.000,00
Recomposição de Documentos	R\$ 4.666,67
Danos elétricos e curto circuito	R\$ 12.000,00
Roubo / furto de bens qualificados	R\$ 11.333,33
Resp. civil Operações	R\$ 10.000,00
Resp. civil Danos Morais	R\$ 2.500,00
Resp. civil Empregador	R\$ 7.500,00
Desmoronamento total ou parcial	R\$ 24.000,00

5.1.9 Subseção de Uruguaiana:

Tipo de Cobertura	Valor Mínimo de Indenização
Incêndio / Raio / Expl.Imóvel	R\$ 200.000,00
Perda / Pagamento Aluguel Básica P.I. 6 meses	R\$ 11.266,67
Vendaval / granizo / impacto de veículos	R\$ 11.200,00
Recomposição de Documentos	R\$ 4.666,67
Danos elétricos e curto circuito	R\$ 8.800,00
Roubo / furto de bens qualificados	R\$ 11.333,33



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

Resp. civil Operações	R\$ 9.200,00
Resp. civil Danos Morais	R\$ 1.860,00
Resp. civil Empregador	R\$ 6.900,00
Desmoraonamento total ou parcial	R\$ 11.333,33

5.2 Imóveis Locados

5.2.1 Subseção de Santa Cruz do Sul – Sala 504

Tipo de Cobertura	Valor Mínimo de Indenização
Incêndio / Raio / Expl.Imóvel	R\$ 100.000,00
Recomposição de Documentos	R\$ 4.500,00
Danos elétricos e curto circuito	R\$ 10.000,00
Roubo / furto de bens qualificados	R\$ 11.333,33
Resp. civil Operações	R\$ 9.200,00
Resp. civil Danos Morais	R\$ 1.860,00
Resp. civil Empregador	R\$ 6.900,00
Desmoraonamento total ou parcial	R\$ 1.000,00

5.2.2 Subseção de Capão da Canoa

Tipo de Cobertura	Valor Mínimo de Indenização
Incêndio / Raio / Expl.Imóvel	R\$ 200.000,00
Recomposição de Documentos	R\$ 4.500,00
Danos elétricos e curto circuito	R\$ 24.000,00
Roubo / furto de bens qualificados	R\$ 11.333,33
Resp. civil Operações	R\$ 11.500,00
Resp. civil Danos Morais	R\$ 1.950,00
Resp. civil Empregador	R\$ 8.625,00
Desmoraonamento total ou parcial	R\$ 12.500,00



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

5.3. Juntamente com a proposta deverá ser apresentada relação detalhada das coberturas, sendo contempladas no mínimo as discriminadas por localidade (sede, centro histórico e subseções) nos itens 5.1 e 5.2 acima descritos, sendo que o valor de indenização para cada cobertura contemplada não poderá ser inferior ao valor mínimo indicado para cada item.

5.4. Serão desclassificadas as licitantes que não atendam as exigências e condições deste edital, em especial que apresentem valores de indenização inferiores ao valor mínimo de referência de cada item discriminado por localidade coberta.

5.5 Também serão desclassificadas as licitantes que não atendam NO MÍNIMO as coberturas listadas por localidade, conforme discriminado nos subitens dos itens 5.1 e 5.2, pois as mesmas são as mínimas exigidas. Poderá ocorrer alteração na nomenclatura da cobertura, porém, a finalidade da cobertura deverá ser a exigida.

6. DO VALOR ESTIMADO DO TOTAL DO PRÊMIO

6.1 O valor médio para a prestação de serviços de seguro anual para o Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul é de R\$ 15.440,86 (quinze mil, quatrocentos e quarenta reais e oitenta e seis centavos), anual.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Prestar os serviços na forma do presente edital, mantendo durante a contratação as mesmas condições da proposta vencedora.

7.2. Emitir a (s) apólice (s) com base nas informações do presente edital e da proposta vencedora.

7.3 Prestar atendimento imediato no caso de sinistro, mantendo central de telefone de 24

37



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

horas para atendimentos.

7.4 Disponibilizar para o Contratante todos os meios de contatos existentes, como nome da pessoa para contato, endereço, e-mail, telefone e fax.

7.5 Iniciar o procedimento de avaliação dos danos dos bens móveis e imóveis, até o primeiro dia útil seguinte ao recebimento do aviso de sinistro.

7.6 Garantir o pagamento das indenizações previstas em contrato dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados do aviso de sinistro, de acordo com as normas estabelecidas pela SUSEP.

7.7 Entregar ao Contratante a apólice de seguro no prazo máximo de 10 (dez) dias após a retirada/recebimento da Nota de Empenho e assinatura do contrato.

7.8 Não transferir a terceiros o presente contrato, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, bem como subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento expresso do Contratante.

7.9 Guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento em razão do presente contrato.

7.10 Solicitar os esclarecimentos necessários para regular cumprimento dos termos contratuais ao contratante.

7.11 Pagar todos os impostos, taxas, encargos sociais, previdenciários e fiscais, além de despesas de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita execução do contrato;

7.12 Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações avençadas perante os serviços credenciados.

7.13 Apresentar, durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

estar cumprindo a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e outros;

7.14 Responder por eventuais transtornos ou prejuízos causados aos serviços e à imagem do COREN/RS e a terceiros, provocados pela ineficiência ou irregularidade cometidas na execução dos serviços contratados;

7.15 Cumprir e fazer cumprir leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações das autoridades competentes, cabendo-lhes total responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão sua ou de seus prepostos;

7.16 Indicar 1 (um) profissional de seu quadro funcional, para ser o responsável junto ao COREN/RS e responder pela correta execução dos serviços.

7.17 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo COREN/RS quando à execução dos serviços contratados.

7.18 Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência.

8. OBRIGAÇÕES DO COREN/RS

8.1 Comunicar o sinistro à Contratada dentro do prazo máximo de 24 horas.

8.2 Fornecer ou facilitar o acesso a toda espécie de informações sobre as circunstâncias e consequências do sinistro.

8.3 Registrar o ocorrido e obter o respectivo Boletim de Ocorrência para a Contratada.

8.4 Informar precisamente os dados para a emissão da apólice.

8.5 Efetuar o pagamento ajustado;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

8.6 Dar, à CONTRATADA, as condições necessárias a regular execução do contrato;

8.7 Indicar 01 (um) profissional de seu quadro funcional, para ser fiscal do contrato e fazer ligações com a contratada e responder pela correta execução dos serviços.

9. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1 A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Sra. Regina Paiva, Assessora Institucional lotada no setor de Patrimônio do COREN/RS.

10. DA APÓLICE

10.1. Em caso de sinistro, para todos os locais segurados, NÃO será admitida a cobrança de franquia.

10.2 A (s) apólice (s) terão vigência de 12 meses a partir da emissão.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

PAPEL TIMBRADO DA
EMPRESA

ANEXO II - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento, a empresa _____ (razão social), inscrita no CNPJ/MF nº. _____, com sede na _____ (endereço completo), por seu(s) representante(s) legal(is) abaixo assinado(s), nomeia e constitui como procurador o Sr. (a) _____ (qualificação completa); inscrito no CPF nº. _____; portador do RG nº. _____, residente em _____ (endereço completo), ao qual OUTORGA AMPLOS PODERES para representá-la em todos os atos inerentes ao PREGÃO PRESENCIAL nº. 01/2013 do CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL - COREN-RS, podendo, inclusive, formular lances, complementar proposta, negociar preço, interpor recursos ou ressalvas, renunciar à interposição de recursos, acordar, transigir, desistir e receber avisos e intimações, assinar declarações e contratos oriundo desta Licitação, enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato.

....., emde.....de 2013

Razão Social

(assinatura do(s) representante(s) legal(is) da proponente e carimbo).

(Reconhecer Firma)

(OBS.: A PROCURAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE AO PREGOEIRO OU EQUIPE DE APOIO NO ATO DA ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO POR OCASIÃO DO CREDENCIAMENTO)



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

**PAPEL TIMBRADO DA
EMPRESA**

**ANEXO III - MODELO DA DECLARAÇÃO DE PLENO
ATENDIMENTO**

Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação

A _____ (nome ou razão social da empresa), CNPJ/MF nº. _____ (nº. do cadastro), localizada na _____ (endereço completo), declara, sob as penas da Lei e em conformidade com a Lei nº 10.520/02, que cumpre todos os requisitos de habilitação estabelecidos para o certame licitatório do Conselho Regional Enfermagem do Rio grande do Sul – COREN-RS, Pregão Presencial nº. 01/2013.

_____, ____ de _____ de 2013.

Nome: _____ (Representante Legal)

RG. nº. _____ (do signatário)

(OBS.: DEVERÁ SER EM PAPEL TIMBRADO E ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA OU PROCURADOR CREDENCIADO, DESDE QUE TENHA PODERES PARA TANTO OUTORGADOS NA PROCURAÇÃO E APRESENTADA FORA DOS ENVELOPES PROPOSTA E HABILITAÇÃO)



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA
ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA
PREGÃO PRESENCIAL COREN-RS Nº 01/2013

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ Nº. _____ / _____ - _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____ E-MAIL: _____

IMÓVEIS PRÓPRIOS:	PRÊMIO	TOTAL DE CUSTOS	VALOR TOTAL POR LOCALIDADE
1. SEDE - POA	R\$	R\$	R\$
2. CHC – POA	R\$	R\$	R\$
3. SUBSEÇÃO CAXIAS DO SUL	R\$	R\$	R\$
4. SUBSEÇÃO PASSO FUNDO	R\$	R\$	R\$
5. SUBSEÇÃO SANTA MARIA	R\$	R\$	R\$
6. SUBSEÇÃO PELOTAS	R\$	R\$	R\$
7. SUBSEÇÃO SANTA CRUZ DO SUL – SALA 503	R\$	R\$	R\$
8. SUBSEÇÃO SANTA ROSA	R\$	R\$	R\$
9. SUBSEÇÃO URUGUAIANA	R\$	R\$	R\$

IMÓVEIS LOCADOS:	PRÊMIO	TOTAL DE CUSTOS	VALOR TOTAL POR LOCALIDADE
1. SUBSEÇÃO CAPÃO DA CANOA	R\$	R\$	R\$



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

2. SUBSEÇÃO SANTA CRUZ DO SUL – SALA 504	R\$	R\$	R\$
---	-----	-----	-----

Valor total do prêmio: R\$ _____ (_____);

- Validade da Proposta: ____ (____), observado o prazo mínimo de sessenta (60) dias.
- Nos preços cotados deverão estar incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.
- Declaramos conhecer e nos submetemos integralmente a todas as demais cláusulas e condições do presente edital.

Local e Data

(Razão Social)

(Nome do Representante Legal ou Procurador Credenciado)

(nº. do RG do signatário)

OBS: Juntamente com a proposta deverá ser apresentada relação detalhada das coberturas, NOS TERMOS DO ITEM 5 DO ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA

(DEVERÁ SER EM PAPEL TIMBRADO E APRESENTADO DENTRO DO ENVELOPE PROPOSTA. PODERÃO SER JUNTADOS À PROPOSTA, FOLHETOS, FOLDERS E PROPAGANDAS REFERENTES AO MODELO OFERTADO. DENTRO DE PARÊNTESES E EM NEGRITO SÃO OBSERVAÇÕES DE PREENCHIMENTO DAS LACUNAS)



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

**PAPEL TIMBRADO DA
EMPRESA**

ANEXO V

DECLARAÇÃO RELATIVA AO TRABALHO DE MENORES
Pregão Presencial nº 01/13

....., inscrito no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)....., portador do RG nº..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

....., em..... de..... de 2013.

(assinatura do representante legal da empresa proponente e carimbo)

(OBSERVAÇÃO: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

**PAPEL TIMBRADO DA
EMPRESA**

**ANEXO VI - MODELO DA DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO E
IDONEIDADE**

Declaração de Compromisso e Idoneidade

A _____ (razão social), inscrita no CNPJ/MF nº. _____, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, declara sob as penalidades da lei, para fins de participação no Pregão Presencial nº. 01/2013 que:

- os documentos que compõem o edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações;
- não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal; e
- inexistem fatos impeditivos à sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, ____ de _____ de 2013

Representante Legal
(nome/cargo/assinatura)

(OBS.: DEVERÁ SER EM PAPEL TIMBRADO E ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA OU PROCURADOR CREDENCIADO, DESDE QUE TENHA PODERES PARA TANTO OUTORGADOS NA PROCURAÇÃO E APRESENTADA DENTRO DO ENVELOPE HABILITAÇÃO)



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

ANEXO VII
MINUTA DO ATESTADO DE VISTORIA

(Será fornecido um atestado por imóvel/localidade)

Atestamos que a empresa, inscrita no CNPJ nº, com sede na Rua/Avenida, na cidade decompareceu na Sede/Subseção de/Centro Histórico e Cultural no endereço, na cidade de, nesta data para realização de vistoria proveniente do edital do Pregão Presencial nº 01/2013 do Processo Administrativo nº 283/2012.

Local e data.

Assinatura do responsável pelo local vistoriado.

(OBS: A vistoria é opcional, sendo a apresentação do atestado para fins de participação do certame dispensável).



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL
Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

ANEXO VIII
MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº/2013 QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL - COREN-RS E A EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SEGURO PATRIMONIAL.

O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM RIO GRANDE DO SUL – COREN-RS, entidade fiscalizadora do exercício profissional ex vi da Lei nº. 5.905, de 12 de julho de 1973, com sede na **Av. Plínio Brasil Milano, 1155 - Higienópolis - Porto Alegre-RS**, CEP: 90520-002, CNPJ nº 87.088.670/0001-90, representado, neste ato, por seu Presidente **Dr. RICARDO ROBERSON RIVERO**, brasileiro, enfermeiro, portador da carteira COREN-RS nº. 137.638, doravante denominado **CONTRATANTE** e a EMPRESA, com sede na Rua, nº, Bairro, CEP, inscrita no CNPJ sob o nº., doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, realizado mediante Pregão Presencial nº 01/2013, decorrente Processo Administrativo COREN-RS nº. 283/2012, observadas as especificações constantes do Termo de Referência, regido pela Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, e legislação pertinente, bem como pelas normas e condições abaixo.

CLAÚSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de seguro patrimonial, para os seguintes imóveis de propriedade e locados pelo Conselho, nas localidades abaixo descritas:

Imóvel	Endereço
Sede COREN-RS Imóvel Próprio	Av. Plínio Brasil Milano, nº 1155 – Bairro Higienópolis – Cep: 90520-002 – Porto Alegre.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

Centro Histórico Cultural Imóvel Próprio	Av. Professor Oscar Pereira, nº 8154 – Belém Velho – Cep: 91712-320 – Porto Alegre.
Subseção Caxias do Sul – Imóvel Próprio.	Rua Pinheiro Machado, nº 2659, sala 602 – Cep: 95020-172 – Nossa Senhora de Lourdes – Caxias do Sul.
Subseção de Passo Fundo Imóvel Próprio	Rua Morom, nº 1177 – Centro - Cep: 99010-031 – Passo Fundo.
Subseção de Pelotas Imóvel Próprio	Rua Barão de Santa Tecla, nº 583 – Centro - Cep: 96010-140 – Pelotas.
Subseção de Santa Cruz do Sul Imóvel Próprio	Rua Vinte e Oito de Setembro, nº 221, sala 503 – Centro – Cep: 96810-042 – Santa Cruz do Sul.
Subseção de Santa Maria Imóvel Próprio	Rua Dr. Alberto Pasqualini, nº 35, Sala 101 – Centro – Cep: 97015-010 – Santa Maria.
Subseção de Santa Rosa Imóvel Próprio	Rua Minas Gerais, nº 55, sala 604 - Cep: 98900-000 – Santa Rosa
Subseção de Uruguaiana Imóvel Próprio	Rua Quinze de Novembro, nº 1426, sala 20 – Cep: 97501-570 – Uruguaiana.
Subseção de Santa Cruz do Sul Imóvel Locado	Rua Vinte e Oito de Setembro, nº 221, sala 504 – Cep: 96810-042 – Santa Cruz do Sul.
Subseção de Capão da Canoa Imóvel Locado	Rua Flavio Boyanovisk, nº 583 – Centro – Cep: 95555-000 – Capão da Canoa.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

1.2 O Seguro Patrimonial para os imóveis próprios do COREN-RS deverá cobrir a estrutura predial (edificação), bem como o conteúdo (acervo dos bens ali compreendidos, todos os equipamentos eletrônicos, móveis e utensílios pertencentes à Autarquia) de cada imóvel.

1.3 O Seguro patrimonial para os imóveis locados pelo COREN-RS, ou seja, a Subseção de Capão da Canoa e uma sala da Subseção de Santa Cruz do Sul, terão cobertura apenas do conteúdo (os bens móveis, equipamentos eletrônicos e outros que guarnecem as dependências de cada local).

1.4 O seguro patrimonial para os bens imóveis próprios (edificação e conteúdo) do Contratante deverá cobrir, os riscos derivados de incêndio, explosão de qualquer natureza, mesmo decorrente de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros ou de tumultos, queda de raios e suas conseqüências, perda, pagamento aluguel básica PI 6 meses, vendaval, granizo, impacto de veículos, recomposição de documentos, danos elétricos e curto circuito, roubo/furto de bens qualificados, responsabilidade civil operações, responsabilidade civil danos morais, responsabilidade civil empregador e desmoração total ou parcial.

1.5 O seguro patrimonial para os bens imóveis locados do Conselho, contemplando todos os bens móveis e equipamentos que guarnecem nas dependências de cada imóvel, deverá cobrir os riscos derivados de incêndio, explosão de qualquer natureza, mesmo decorrente de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros ou de tumultos, queda de raios e suas conseqüências, recomposição de documentos, danos elétricos e curto circuito, responsabilidade civil operações, responsabilidade civil danos morais, responsabilidade civil empregador e desmoração total ou parcial.

1.6 Em caso de sinistro, para todos os locais segurados, NÃO será admitida a cobrança de franquia.

1.7 A (s) apólice (s) terão vigência de 12 meses a partir da emissão e deverá ser preenchida de acordo com o exigido no edital e proposta vencedora do certame, mais



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

especificamente quanto aos valores das indenizações, conforme item 5 do Anexo I - Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO AMPARO LEGAL E DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

2.1 A lavratura do presente contrato decorre dos autos do Processo Administrativo COREN-RS nº. 283/2012, regido pela Lei nº. 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações, e legislação pertinente.

2.2 As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações ulteriores e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado, bem como, pelas cláusulas e condições do Edital de Pregão Presencial 01/2013, da proposta vencedora e do presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, CONDIÇÕES e DATA DE PAGAMENTO

3.1 O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ (.....), correspondente ao total da apólice de seguro com a integralidade de abrangência de garantia de todos os itens listados na cláusula primeira – do objeto.

3.2 O valor total será realizado em 04 (quatro) parcelas mensais, iguais e consecutivas, através de faturas, que deve ser apresentada no Departamento Financeiro do COREN-RS a Fatura emitida em duas (2) vias, devendo conter no corpo da Fatura, a descrição do objeto, o número do contrato, o número da Nota de Empenho, com o código de barras para pagamento o qual deverá ser efetuado no dia 15 (quinze) subsequente de cada mês, após a assinatura do contrato.

3.3 Na hipótese da Fatura apresentar erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, o Contratante poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, de acordo com o relatório emitido pela Tesouraria, ressalvado o direito da Contratada de reapresentar para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, caso em que o Contratante terá o prazo de cinco (5) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar análise e o pagamento.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

3.4 O pagamento será efetuado em moeda nacional, após efetivamente atestado pela Divisão responsável pela solicitação do material.

3.5. O COREN-RS reserva-se para si o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, a licitante não tiver prestado o serviço conforme o objeto por ela contratado, ou a prestação dos serviços não estiver de acordo com as especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

3.6 O pagamento somente poderá ser efetuado se a licitante estiver em situação fiscal regular, isto é, desde que apresente as certidões elencadas no item 11.10.2, alíneas “c” a “e”, deste Edital.

3.7. O Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

3.8. A empresa contratada deverá reter na nota fiscal os tributos incidentes sobre o fornecimento do produto, quais sejam, IR (imposto de renda), contribuições para o PIS/PASEP, COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), considerando o disposto na Lei 9.430/96, Lei 10.833/2003, com última alteração pela Lei 12.207/11 e instrução normativa nº 1234/12 e a natureza jurídica autárquica do contratante.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1 O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses a contar da assinatura deste contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

5.1 Durante a vigência do contrato, sua execução será acompanhada e fiscalizada pela Sra. Regina Paiva, Assessora Institucional lotada no Setor de Patrimônio, que será nomeada gestora do contrato através de Portaria.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

5.2 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Servidor deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

5.3 A Contratada deverá manter preposto, aceito pela Administração do Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul – COREN-RS, durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA SEXTA - DA ATESTAÇÃO DAS NOTAS FISCAIS/FATURAS

6.1 A atestação da nota fiscal/fatura correspondente à prestação do serviço caberá ao Funcionário Fiscal da Execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta do **Código de Despesas nº.**

3.1.32.08 – Seguros em Geral.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

8.1 O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº. 8.666/93, desde que haja interesse da Administração do Contratante, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a este contrato.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO E EFICÁCIA

9.1 Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação do extrato deste Contrato no "Diário Oficial da União", a qual é condição indispensável para sua eficácia, até o 5º dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do parágrafo único, do artigo 61, da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei n.º 8.883/94 e pela Lei n.º 9.648/98.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

10.1 Nos termos da Lei nº. 8.666/93 ficará impedida de licitar e contratar com o Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul - COREN-RS pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais penalidades legais, sendo garantido o direito à ampla defesa, a Contratada que:

- 10.1.1** Deixar de entregar documentação requerida para a contratação regular;
- 10.1.2** Apresentar documentação falsa;
- 10.1.3** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.1.4** Não manter a proposta;
- 10.1.5** Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 10.1.6** Comportar-se de modo inidôneo;
- 10.1.7** Fizer declaração falsa;
- 10.1.8** Cometer fraude fiscal.

10.2 A contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, execução parcial ou inexecução da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

10.2.1 Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da Contratada, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

10.2.2 Multa de:

- a)** 0,03 % (três centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor do contrato, no caso de atraso injustificado na prestação do serviço limitada a incidência até o 30º(trigésimo) dia;
- b)** 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso sobre o valor do contrato, após o 30º(trigésimo) dia de atraso injustificado na prestação do serviço;
- c)** 05% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, no inadimplemento total do contrato e/ou no descumprimento das obrigações assumidas.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

10.3 No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado proporcional ao inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

11.2 A rescisão deste contrato poderá ser:

11.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a Contratada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

11.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração do Contratante;

11.2.3 Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

11.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

12.1.1 Prestar os serviços na forma do presente edital, mantendo durante a contratação as mesmas condições da proposta vencedora.

12.1.2. Emitir a (s) apólice (s) com base nas informações do presente edital e da proposta vencedora.

12.1.3 Prestar atendimento imediato no caso de sinistro, mantendo central de telefone de 24 horas para atendimentos.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

12.1.4 Disponibilizar para o Contratante todos os meios de contatos existentes, como nome da pessoa para contato, endereço, e-mail, telefone e fax.

12.1.5 Iniciar o procedimento de avaliação dos danos dos bens móveis e imóveis, até o primeiro dia útil seguinte ao recebimento do aviso de sinistro.

12.1.6 Garantir o pagamento das indenizações previstas em contrato dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados do aviso de sinistro, de acordo com as normas estabelecidas pela SUSEP.

12.1.7 Entregar ao Contratante a apólice de seguro no prazo máximo de 10 (dez) dias após a retirada/recebimento da Nota de Empenho e assinatura do contrato.

12.1.8 Não transferir a terceiros o presente contrato, por qualquer forma e nem mesmo parcialmente, bem como subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio consentimento expresso do Contratante.

12.1.9 Guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento em razão do presente contrato.

12.1.10 Solicitar os esclarecimentos necessários para regular cumprimento dos termos contratuais ao contratante.

12.1.11 Pagar todos os impostos, taxas, encargos sociais, previdenciários e fiscais, além de despesas de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita execução do contrato;

12.1.12 Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações avençadas perante os serviços credenciados.

12.1.13 Apresentar, durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários,



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

fiscais, comerciais e outros;

12.1.14 Responder por eventuais transtornos ou prejuízos causados aos serviços e à imagem do COREN/RS e a terceiros, provocados pela ineficiência ou irregularidade cometidas na execução dos serviços contratados;

12.1.15 Cumprir e fazer cumprir leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações das autoridades competentes, cabendo-lhes total responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão sua ou de seus prepostos;

12.1.16 Indicar 1 (um) profissional de seu quadro funcional, para ser o responsável junto ao COREN/RS e responder pela correta execução dos serviços.

12.1.17 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo COREN/RS quando à execução dos serviços contratados.

12.1.18 Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência.

12.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

12.2.1 Comunicar o sinistro à Contratada dentro do prazo máximo de 24 horas.

12.2.2 Fornecer ou facilitar o acesso a toda espécie de informações sobre as circunstâncias e consequências do sinistro.

12.2.3 Registrar o ocorrido e obter o respectivo Boletim de Ocorrência para a Contratada.

12.2.4 Informar precisamente os dados para a emissão da apólice.

12.2.5 Efetuar o pagamento ajustado;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL

Autarquia Federal – Lei nº 5.905/73

12.2.6 Dar, à CONTRATADA, as condições necessárias a regular execução do contrato;

12.2.7 Indicar 01 (um) profissional de seu quadro funcional, para ser fiscal do contrato e fazer ligações com a contratada e responder pela correta execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA: DO FORO

13.1 Quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução deste Contrato serão dirimidas no Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Capital do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do disposto no art. 55, § 2º da Lei nº. 8.666/93, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois e lidas, são assinadas pelas representantes das partes, Contratante e Contratada, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Alegre de de 2013.

Contratante

Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul - COREN-RS

Dr. Ricardo Roberson Rivero

Presidente

Contratada

Testemunhas:

1.

2.